

NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL: VIOLÊNCIA URBANA, RACISMO E OS DESAFIOS DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

Daniela Camargo

Orcid <https://orcid.org/0009-0008-5983-1921>

Universidade Federal do Pampa, Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social, São Borja/RS - Brasil
danielacamargo.aluno@unipampa.edu.br

Rejane Fátima Gorreis

Orcid <https://orcid.org/0009-0007-0561-1854>

Universidade Federal do Pampa, Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social, São Borja/RS - Brasil
rejanegorreis.aluno@unipampa.edu.br

Recebido em: 28.04.2026

Aceito em: 13.05.2026

Resumo: O presente artigo propõe uma análise crítica das expressões contemporâneas da violência urbana, do racismo estrutural e do avanço do neoconservadorismo no Brasil, articulando tais fenômenos à atuação do Serviço Social e à defesa dos direitos humanos. A reflexão parte da imagem simbólica dos corpos enfileirados na Praça da Penha, no Rio de Janeiro, após uma operação policial, compreendida como representação da necropolítica e da banalização da vida. A metodologia adotada é qualitativa, de caráter teórico-crítico, fundamentada na tradição marxista e na abordagem histórico-crítica do Serviço Social. O estudo dialoga com autores como Achille Mbembe, Silvio Almeida, Ricardo Antunes, Marilda Iamamoto, Elaine Behring, Jason Stanley e Umberto Eco. Os resultados evidenciam que a crise estrutural do capital e o avanço do conservadorismo produzem a precarização do trabalho, o desmonte das políticas públicas e o fortalecimento de práticas autoritárias. Conclui-se que o Serviço Social é convocado a reafirmar seu projeto ético-político, resistindo à naturalização da violência e defendendo a vida, a justiça social e os direitos humanos como valores inegociáveis.

Palavras-chave: Serviço Social; Neoconservadorismo; Racismo estrutural; Violência urbana; Direitos Humanos.

NEOCONSERVATISM IN BRAZIL: URBAN VIOLENCE, RACISM, AND THE CHALLENGES OF SOCIAL WORK

Abstract: This article proposes a critical analysis of contemporary expressions of urban violence, structural racism, and the rise of neoconservatism in Brazil, linking these phenomena to the role of Social Work and the defense of human rights. The reflection begins with the symbolic image of the bodies lined up in Penha Square, Rio de Janeiro, after a police operation, understood as a representation of necropolitics and the trivialization of life. The methodology adopted is qualitative, of a theoretical-critical nature, grounded in the Marxist tradition and the historical-critical approach of Social Work. The study engages with authors such as Achille Mbembe, Silvio Almeida, Ricardo Antunes,

Marilda Iamamoto, Elaine Behring, Jason Stanley, and Umberto Eco. The results show that the structural crisis of capital and the rise of conservatism produce the precarization of work, the dismantling of public policies, and the strengthening of authoritarian practices. It is concluded that Social Work is called upon to reaffirm its ethical-political project, resisting the normalization of violence and defending life, social justice, and human rights as non-negotiable values.

Keywords: Social Work; Neoconservatism; Structural Racism; Urban Violence; Human Rights.

INTRODUÇÃO

A conjuntura brasileira contemporânea revela um cenário de aprofundamento das desigualdades sociais, intensificação da violência urbana e expansão de discursos autoritários que ameaçam os fundamentos democráticos e os direitos humanos. As expressões da questão social assumem novas formas diante da crise estrutural do capital, marcada pelo desemprego, pela precarização do trabalho e pelo progressivo desmonte das políticas públicas. Nesse contexto, a atuação do Serviço Social torna-se ainda mais desafiadora, exigindo uma leitura crítica da realidade social e o fortalecimento do projeto ético-político profissional.

A fotografia dos corpos enfileirados na Praça da Penha, no Rio de Janeiro, após uma operação policial, constitui um potente disparador para a reflexão sobre as formas contemporâneas de barbárie. Mais do que um registro da violência cotidiana, essa imagem denuncia a necropolítica (Mbembe, 2018) que explicita o poder do Estado de decidir quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser eliminadas. No Brasil, a necropolítica manifesta-se de forma seletiva, atingindo majoritariamente corpos negros, pobres e periféricos, cuja existência é tratada como descartável.

Segundo Almeida (2019), o racismo no país é estrutural, e não um fenômeno acidental. Ele organiza as instituições, naturaliza hierarquias sociais e legitima práticas de exclusão e violência. Dessa forma, a desigualdade racial não pode ser dissociada da desigualdade econômica, pois ambas são expressões de uma mesma lógica de dominação que sustenta o capitalismo dependente e periférico.

Nesse cenário, o avanço do neoconservadorismo, em aliança com o neoliberalismo, impõe novas formas de controle social e legitima o enfraquecimento das políticas públicas de proteção. Como destaca Barroco (2023), o discurso conservador, que aparece travestido de moralidade e ordem, sustenta práticas de exclusão e alimenta

o ódio e o medo como estratégias políticas. Esse processo manifesta-se na criminalização da pobreza, na banalização da violência e na disseminação de valores que deslegitimam os direitos humanos e o pensamento crítico.

Sob o olhar da Economia Política do Trabalho, Ricardo Antunes (2018) descreve esse momento histórico como “uma fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista”, caracterizada pela precarização da vida e pela mercantilização das relações sociais. A degradação das condições de trabalho e a retração dos investimentos públicos agravam as expressões da questão social e ampliam a vulnerabilidade de amplos segmentos da população.

Autores como Jason Stanley (2019 *apud* Barroco, 2023) e Eco (2018, *apud* Barroco, 2023) contribuem para compreender o ressurgimento de práticas neofascistas na política contemporânea. Ambos destacam a polarização entre “nós” e “eles”, a manipulação da verdade e a exaltação da violência como características centrais de regimes autoritários. No Brasil, tais elementos se entrelaçam ao conservadorismo moral e religioso, gerando um ambiente hostil à diversidade e ao pensamento crítico. O Serviço Social, diante desse contexto, ocupa posição estratégica de resistência e denúncia, reafirmando seu compromisso com os direitos humanos e com a defesa intransigente da vida. Fundamentado na tradição marxista e na abordagem histórico-crítica (Iamamoto, 2008; Netto, 2011), o projeto profissional hegemônico do Serviço Social busca compreender a totalidade das relações sociais e intervir nas expressões da questão social a partir de uma perspectiva ética, política e emancipatória.

Dessa forma, este artigo busca refletir sobre as relações entre violência, racismo estrutural e neoconservadorismo, tomando como referência a fotografia dos corpos enfileirados como expressão de uma política de morte e exclusão social. Adota-se como base teórico-metodológica a tradição histórico-crítica do Serviço Social, que compreende a questão social como produto das relações contraditórias entre capital e trabalho.

O objetivo central é problematizar o avanço do neoconservadorismo e da necropolítica no Brasil, evidenciando seus impactos sobre as políticas públicas e sobre a prática profissional do(a) assistente social, que atua diretamente nos espaços onde a desigualdade se materializa.

METODOLOGIA

O presente estudo possui abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, fundamentado na tradição histórico-crítica do Serviço Social, ancorada no materialismo histórico-dialético. Parte-se das categorias de totalidade, historicidade e contradição para a compreensão das expressões da questão social na sociedade capitalista.

O percurso metodológico baseia-se em revisão bibliográfica e análise teórica de autores que discutem a temática da violência urbana, racismo estrutural, necropolítica e neoconservadorismo, tais como Mbembe (2018), Almeida (2019), Antunes (2018), Yamamoto (2008) e Netto (2011).

Como recurso analítico, utiliza-se a interpretação de uma imagem amplamente divulgada na mídia - a fotografia dos corpos enfileirados no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro - compreendida como expressão concreta das relações sociais marcadas pela desigualdade, pela violência estatal e pela seletividade penal.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma perspectiva crítico-dialética, buscando apreender as mediações entre as determinações estruturais do capitalismo e suas manifestações na realidade social brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nas reflexões teóricas apresentadas, o desenvolvimento deste artigo busca aprofundar a análise das expressões da violência urbana, do racismo estrutural e do avanço do neoconservadorismo, relacionando-as às contradições da sociedade capitalista e aos desafios enfrentados pelo Serviço Social. Parte-se da compreensão de que essas expressões da questão social não são fenômenos isolados, mas produtos históricos das desigualdades de classe, raça e território. Assim, a seguir, apresentam-se as dimensões centrais que compõem essa realidade, discutindo, inicialmente, a violência urbana e a necropolítica como formas contemporâneas de gestão da pobreza e controle social.

Violência Urbana, Necropolítica e o Corpo Negro nas Favelas

A violência urbana constitui uma das expressões mais brutais da questão social no Brasil contemporâneo. Longe de ser um fenômeno isolado, ela decorre das contradições estruturais do capitalismo dependente e das desigualdades históricas que atravessam as relações de classe, raça e território. As populações negras, periféricas e empobrecidas seguem sendo as principais vítimas de um Estado que, sob o discurso da ordem e da moral, reproduz práticas de controle e extermínio.

A imagem dos corpos enfileirados após uma operação policial no Rio de Janeiro, utilizada neste estudo como disparador reflexivo, não representa apenas a tragédia cotidiana das periferias, mas a materialização da necropolítica (Mbembe, 2018), isto é, o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. Essa racionalidade política se expressa na militarização dos territórios pobres, na seletividade penal e na indiferença social diante da morte de corpos negros e periféricos.

Figura 1 – Corpos enfileirados no Complexo da Penha, Rio de Janeiro (2025).

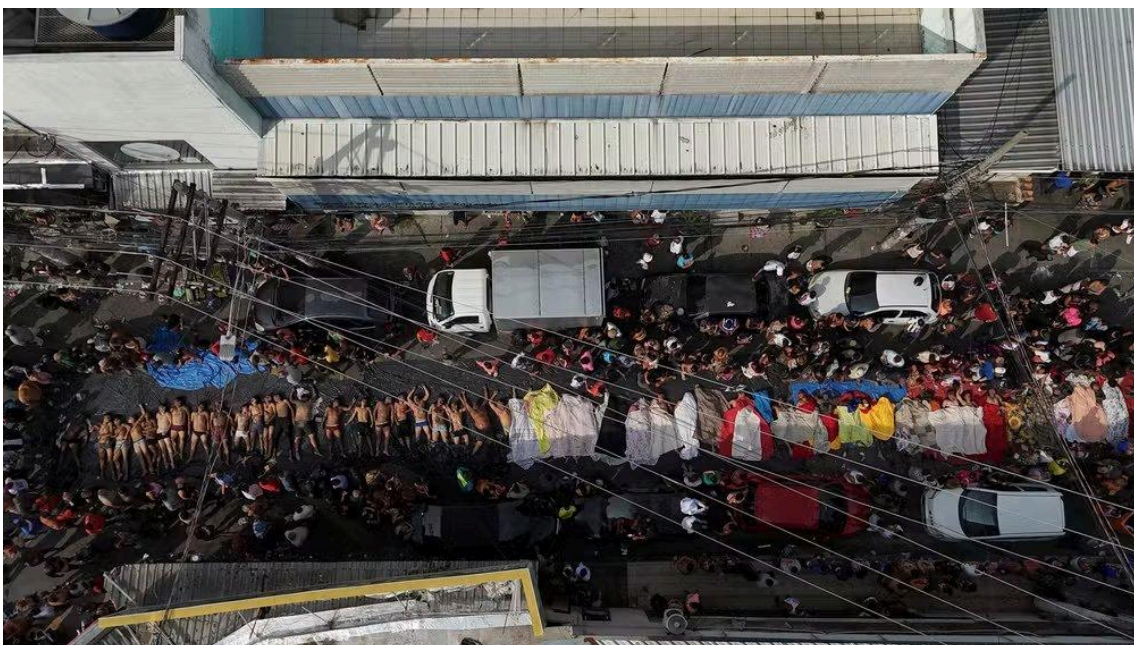


Foto: Ricardo Moraes/Reuters (2025)

De acordo com Almeida (2019), o racismo deve ser compreendido como estrutura e não como desvio moral. Ele organiza as instituições, naturaliza a desigualdade social e legitima práticas discriminatórias e hierarquizações raciais que sustentam o

sistema capitalista. Assim, o racismo estrutural e a necropolítica convergem para manter uma lógica de gestão da pobreza, que define quais vidas são dignas de proteção e quais são consideradas descartáveis.

Nesse contexto, observa-se o fortalecimento do neoconservadorismo, que, articulado ao neoliberalismo, promove o esvaziamento das políticas sociais, o ataque aos direitos humanos e a criminalização das expressões da pobreza. Para Barroco (2023) o discurso conservador legitima o autoritarismo e a violência institucional, abrindo espaço para práticas de exclusão e repressão nos territórios vulneráveis.

A política de segurança pública, baseada na guerra às drogas e na lógica punitiva, reforça a segregação socioespacial e o controle sobre corpos racializados. Conforme Iamamoto (2008), o/a assistente social atua nas contradições da questão social, enfrentando os efeitos dessas políticas que negam direitos e ampliam desigualdades. A análise crítica da realidade impõe à profissão o desafio de romper com a naturalização da violência e reafirmar o projeto ético-político comprometido com a vida, a justiça social e os direitos humanos.

Portanto, a fotografia dos corpos enfileirados deve ser compreendida como símbolo da barbárie social produzida pela combinação entre racismo estrutural, necropolítica e avanço do neoconservadorismo. Ela convoca à reflexão sobre o papel das políticas públicas, da sociedade civil e do Serviço Social na defesa intransigente dos direitos humanos em territórios de vulnerabilidade.

Neoconservadorismo, políticas públicas e o desmonte da proteção social

O avanço do neoconservadorismo no Brasil, especialmente nas últimas décadas, tem provocado profundas transformações nas políticas públicas e nas formas de gestão da questão social. Esse movimento ideológico combina elementos do neoliberalismo econômico com pautas morais autoritárias, constituindo um projeto de sociedade que busca restaurar hierarquias de classe, raça e gênero, sob o discurso da ordem, da família e da meritocracia.

Segundo Behring (2008), a reestruturação produtiva e o predomínio da lógica neoliberal instauraram uma racionalidade que subordina os direitos sociais às

exigências do mercado. Nesse contexto, o neoconservadorismo se consolida como complemento ideológico dessa racionalidade, ao difundir valores que responsabilizam o indivíduo pela pobreza e naturalizam as desigualdades sociais. Assim, o Estado se distancia de seu papel protetivo e reforça práticas de controle e punição sobre os segmentos mais vulneráveis da população.

Conforme Iamamoto (2008), o Serviço Social, inserido nesse cenário contraditório, atua diretamente sobre as expressões da questão social produzidas pelo capitalismo, enfrentando cotidianamente o tensionamento entre as demandas institucionais e o compromisso ético-político com os direitos humanos. O conservadorismo, entretanto, tenta reduzir a atuação profissional a um exercício burocrático e moralizador, negando sua dimensão crítica, política e emancipatória.

Para Yazbek (2022) o conservadorismo contemporâneo se reconfigura ao se apropriar do discurso da eficiência e da fé religiosa, buscando deslegitimar práticas profissionais críticas e enfraquecer movimentos sociais progressistas. Essa ofensiva ideológica atinge diretamente a autonomia profissional e o projeto ético-político do Serviço Social, que se fundamenta na totalidade, na historicidade e na luta pela emancipação humana.

No campo das políticas públicas de proteção social, observa-se um processo contínuo de desfinanciamento e desmonte, intensificado após a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o teto de gastos públicos e comprometeu a efetividade de sistemas como o SUAS e o SUS. Essa limitação orçamentária agrava a precarização dos serviços e amplia as desigualdades sociais, sobretudo nos territórios mais vulneráveis. Tal conjuntura repercute diretamente na prática profissional do/a assistente social, que enfrenta restrições materiais e ideológicas no cotidiano de sua intervenção.

A aliança entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo resulta em uma cultura política que legitima a exclusão, o individualismo e a violência como instrumentos de controle social. Conforme Barroco (2023), o neofascismo brasileiro manifesta-se na criminalização dos movimentos sociais, na militarização da vida cotidiana e na corrosão dos direitos humanos. Esses elementos expressam uma crise civilizatória, em que determinadas vidas (principalmente as vidas negras, pobres, indígenas,

femininas e LGBTQIA+) são sistematicamente desvalorizadas e colocadas à margem do projeto de sociedade dominante.

Diante desse contexto, o Serviço Social é convocado a resistir e reafirmar sua direção social crítica, sustentada na defesa intransigente dos direitos humanos e na reconstrução da proteção social como direito de cidadania.

Reafirmar o projeto ético-político profissional implica não apenas denunciar as formas contemporâneas de opressão, mas também afirmar práticas que reconheçam os sujeitos em sua dignidade, historicidade e capacidade de transformação. Assim, a profissão reafirma seu papel de mediação entre o campo das políticas públicas e as demandas sociais emergentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A intervenção do Serviço Social diante da violência e do avanço do neoconservadorismo

O contexto contemporâneo é marcado por uma crise estrutural do capital que se aprofunda em seu caráter ultraliberal, predatório e desumanizador. Tal cenário expressa o que Antunes (2018, p.10) define como “uma fase ainda mais destrutiva da barbárie neoliberal e financista”, na qual o trabalho é degradado, a vida é precarizada e o lucro se sobrepõe à dignidade humana. Essa conjuntura repercute diretamente nas expressões da questão social, intensificando as desigualdades e tencionando as formas de intervenção profissional.

Sob a ótica da Economia Política do Trabalho, a atual ofensiva do capital se traduz em desemprego estrutural, flexibilização de direitos e fragilização das políticas de proteção social. Nesse contexto, o/a assistente social atua em meio a retrocessos políticos e institucionais, enfrentando a redução de recursos, o sucateamento dos serviços públicos e o avanço do neoconservadorismo, que tenta capturar a prática profissional para reforçar a moralização da pobreza e o controle dos corpos vulnerabilizados.

Os fundamentos do Serviço Social, conforme Iamamoto (2008), expressam-se na abordagem histórico-crítica, alicerçada na teoria social de Marx e na tradição marxista, que compreendem o ser social a partir das contradições do modo de

produção capitalista. É nesse horizonte que o projeto ético-político profissional se firma como uma proposta contra-hegemônica, orientada pela defesa intransigente dos direitos humanos, da liberdade e da emancipação humana.

Neste contexto, autores como Stanley e Eco (apud Barroco, 2023) contribuem para compreender a ascensão de ideologias neofascistas, expressões político-ideológicas do conservadorismo autoritário que se difunde globalmente. Stanley (2019, apud Barroco, 2023), ao analisar a era Trump, identifica a política do “nós e eles” como traço característico dos regimes fascistas, marcada pela manipulação do medo, pela desinformação e pela construção de inimigos internos. Eco (2018, apud Barroco, 2023), por sua vez, define o fascismo como uma mentalidade difusa, capaz de adaptar-se aos tempos, manifestando-se pela intolerância, pelo culto à violência e pela supressão da crítica.

Essas análises encontram ressonância na realidade brasileira, em que o neoconservadorismo e o neofascismo se articulam para corroer valores democráticos, deslegitimar o pensamento crítico e enfraquecer o papel das políticas sociais. A criminalização dos movimentos sociais, o discurso moralista e o incentivo à violência institucional revelam a tentativa de restaurar uma ordem social hierarquizada, sustentada por princípios excludentes e racistas.

Diante desse cenário, o Serviço Social é desafiado a reafirmar seu projeto profissional hegemônico, comprometido com a classe trabalhadora e com a transformação social. Isso implica fortalecer práticas de resistência nos espaços sócio-ocupacionais, promover análises críticas das políticas públicas e construir estratégias de intervenção que denunciem as múltiplas formas de opressão e defendam a vida como valor ético central.

Como enfatiza Iamamoto (2011), resistir significa compreender as mediações históricas que produzem a desigualdade e atuar de modo articulado com os sujeitos coletivos, fortalecendo a dimensão política da profissão. Assim, a intervenção profissional ultrapassa o âmbito técnico e assume caráter ético e político, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociabilidade livre da exploração, da violência e da barbárie.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo evidencia que a violência urbana no Brasil contemporâneo não é um fenômeno isolado, mas uma expressão das contradições históricas da sociabilidade capitalista, acirradas pela crise estrutural do capital e pela ascensão do neoconservadorismo. O cenário de retrocessos sociais, intensificação do racismo estrutural e banalização da vida revela o aprofundamento da barbárie neoliberal, como aponta Antunes (2018), e o fortalecimento de práticas autoritárias que reafirmam a seletividade penal e o controle sobre corpos negros e pobres.

A fotografia dos corpos enfileirados na Praça da Penha, tomada como ponto de partida desta reflexão, simboliza, de forma trágica, a face mais perversa da contemporaneidade: a naturalização da morte como política de Estado. À luz de Mbembe (2018), trata-se de uma necropolítica que define quem pode viver e quem deve morrer, sustentada por uma lógica econômica e ideológica que nega a humanidade de determinados grupos sociais. Essa realidade expõe o quanto o racismo estrutural, o autoritarismo e o neoconservadorismo se entrelaçam na produção e manutenção da desigualdade.

Nesse contexto, o Serviço Social é convocado a resistir às ofensivas conservadoras e a reafirmar seu projeto ético-político, fundado na teoria social de Marx e na tradição histórico-crítica. Cabe à profissão atuar articuladamente com os movimentos sociais e com os sujeitos coletivos, fortalecendo as lutas pela efetivação dos direitos humanos e pela universalização das políticas públicas de proteção social. Essa atuação exige do/a assistente social uma leitura crítica da realidade e o compromisso de transformar práticas profissionais em instrumentos de emancipação e defesa da vida.

Assim, reafirmar a centralidade da vida e da dignidade humana diante da devastação ultraliberal e neofascista constitui não apenas um ato técnico, mas um imperativo ético e político. A resistência profissional do Serviço Social traduz-se na defesa de uma sociabilidade fundada na justiça social, na liberdade e na solidariedade humana, reafirmando, em tempos de barbárie, a aposta histórica da profissão na emancipação e na construção de uma nova ordem social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 145, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/?lang=pt>. Acesso em: set. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Projeto ético-político do Serviço Social: fundamentos teóricos e desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MORAES, Ricardo. **Imagem de drone mostra corpos levados a praça no Complexo da Penha, na Zona Norte do Rio de Janeiro, no dia 29 de outubro de 2025**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/10/30/fotos-moradores-reconhece-m-corpos-em-praca-penha.ghtml>. Acesso em: nov. 2025.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos do Serviço Social e o enfrentamento ao conservadorismo**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 22, n. 2, p. 1–15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/libertas/article/view/32934>. Acesso em: out. 2025.

Daniela Camargo

Assistente Social, Pós-Graduanda do curso de Mestrado em Serviço Social e Proteção Social, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - PPG-SSPS, 2025

Rejane Fátima Gorreis

Assistente Social, Pós-Graduanda do curso de Mestrado em Serviço Social e Proteção Social, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Proteção Social - PPG-SSPS, 2025

